

-----**ACTA N.º 4/2010**-----

-----Aos três dias do mês de Fevereiro de dois mil e dez, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente à constituição do Gabinete de Apoio do Senhor Presidente, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que era constituído, somente pela sua pessoa. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** fazendo referência a uma notícia publicada no Jornal “Nova Guarda”, pretendeu saber quais os projectos estruturantes que pretendem desenvolver no Concelho.-----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que os municípios do Distrito que vão ser atravessados pelo IP2 – Auto-estrada do Douro Interior, vão apresentar ao Governo um conjunto de projectos considerados estruturantes para o seu desenvolvimento. -----

-----Referiu que já foi realizada uma reunião no Governo Civil da Guarda, cujo objectivo é elaborar um documento orientador e potenciador de futuros investimentos públicos, privados e municipais, na área de influência daquela via, a apresentar a diversos departamentos governamentais. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que gostaria de se pronunciar relativamente a dois assuntos. Começou por dizer que fica satisfeito pelo facto de saber que no futuro, os autarcas que vierem a ser condenados não poderão candidatar-se nas eleições seguintes, nem nas intercalares, quando tal for o caso.-----

-----Fez novamente alusão ao blogue do MAJUSP, referindo-se a um texto postado no blogue, que se refere à sua pessoa e família, dizendo que é lamentável que o Senhor Vereador tenha este tipo de comportamento, denegrindo a imagem de pessoas de família.-----

-----Frisou novamente, que efectivamente foi acusado pelo Ministério Público, de um crime de peculato, mas somente foi acusado, não foi julgado, nem condenado. Estranha o facto de só o seu nome aparecer uma vez que não é o único que está acusado, existindo muitas outras pessoas, inclusive muitas delas com relação directa com o ora Vereador Júlio Santos.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que o blogue a que o Senhor Vereador se refere é do MAJUSP, que são 1500 pessoas e que pelo menos 22 têm a chave de acesso. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que em rigor, é evidente que o MAJUSP é contra o que o Senhor Vereador António Silva fala. Disse que nas últimas reuniões foram salientados factos que ocorreram no passado e que não há dúvida que o autor desse blogue é o Senhor Vereador Júlio Santos, sendo que, ultimamente também tem feito referência aos funcionários da Contabilidade.-----

-----De seguida, disse que havia sido referido numa reunião anterior que o Conselho de Administração da EMCEL era exemplar, não auferindo qualquer remuneração ou ajudas de custo, uma vez que a empresa se encontrava e encontra em situação muito difícil, situação que muito se deve aos anteriores Conselhos de Administração, dos quais o Senhor Vereador Júlio Santos presidiu e tendo auferido rendimentos, tendo o Senhor Vereador Júlio Santos negado que alguma vez tenha auferido qualquer remuneração fixa. -----

-----Ainda sobre este assunto, o Senhor Vereador disse que o Senhor Vereador Júlio Santos havia auferido rendimentos, passando a ler uma notícia publicada na “Revista *Focus*”: “A Inspeção-Geral de Finanças (IGF) detectou gestores municipais com salários superiores aos permitidos por Lei. A notícia do *JN* revela que os membros dos conselhos de administração das empresas municipais beneficiam de regalias para aumentar o vencimento auferido. A auditoria da IGF às remunerações, entre 2002 e 2004, registou o recurso abundante a pagamentos acessórios. Os administradores mais bem pagos estão em Gaia, Braga e Celorico da Beira.” -----

-----Foi efectuado um levantamento de todo o processo, do qual se verificou que os rendimentos auferidos pelo Senhor Vereador, na EMCEL

foram indevidos. Foi solicitado um parecer ao Tribunal de Contas no mandato do Senhor Eng.º António Caetano, o qual referia que o Conselho de Administração não tinha direito a auferir qualquer rendimento fixo, esclarecendo que os rendimentos auferidos pelos Administradores da altura, em despesas de representação e ajudas de custo eram indevidos, uma vez que os mesmos não se faziam acompanhar dos respectivos boletins itinerários e facturas justificativas de despesa. -----

-----Referiu que na altura, inicialmente havia sido deliberado que o Conselho de Administração de então, não iria auferir qualquer rendimento, sendo que, posteriormente, foi novamente deliberado que iriam auferir ajudas de custo e despesas de representação de carácter fixo e mensal. ----

-----Disse que aquando do parecer do Tribunal de Contas o Senhor Eng.º António Caetano repôs a quantia auferida indevidamente, já o Senhor Vereador Júlio Santos, até à data, ainda não fez qualquer reposição da quantia auferida indevidamente. -----

-----De seguida propôs que sejam accionados os mecanismos legais para que o Senhor Vereador Júlio Santos e o Senhor Alexandre Esteves reponham a quantia auferida indevidamente. -----

-----Propôs que não se processe a senha de presença do Senhor Vereador Júlio Santos da última reunião, uma vez que se ausentou antes de a mesma ter sido encerrada. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por fazer referência ao assalto à Câmara Municipal, dizendo que a mesma foi assaltada na madrugada de terça-feira (26/01/2010), e um dos gabinetes que foi alvo dos assaltantes foi a tesouraria, onde foi arrombado o cofre, furtada uma pistola, alguns documentos e dinheiro. Disse ainda, que solicitou a todas os Departamentos da Autarquia que elaborassem uma informação relativamente a este assunto para o Gabinete Jurídico.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -

-----**ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TARIFA DE ALUGUER DE CONTADOR;**-----

-----**EMPRÉSTIMO PARA HABITAÇÃO SOCIAL;**-----

-----**PEDIDO DE SUBSÍDIO.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara propôs uma alteração à Ordem do Dia, de acordo com o n.º 4, do art. 11.º, do Regimento da Câmara Municipal de Celorico da Beira, passando o ponto número XI, para número II. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida alteração.**-----

-----**I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA VINTE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZ**-----

-----Foi presente a acta número três, da reunião ordinária do Executivo de vinte de Janeiro de dois mil e dez, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** solicitou uma certidão da página número dois, da acta do dia 20/01/2010, para enviar para o Ministério Público. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** requereu novamente informação sobre quais os critérios definidos para pagamento aos fornecedores da Câmara Municipal.-----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que esta Câmara tem sido constantemente alvo de acções em Tribunal, e como tal, estes processos têm prioridade, sendo que, os critérios de pagamentos definidos são em função destas situações. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que enquanto Vereador não abdicará do seu papel de fiscalizador, e como tal, é legítimo solicitar este tipo de esclarecimentos. Referiu ainda, que esta situação de inexistência de critérios de pagamento definidos, só agora lhe tinha sido referida, sendo que nas solicitações anteriores, o Senhor Vereador António Silva sempre afirmou existirem critérios de pagamento definidos, daí a sua insistência para que lhe fossem facultados, tanto mais que, da análise do histórico dos documentos contabilísticos nomeadamente no mapa recapitulativo de fornecedores, se constata pagamentos regulares a alguns fornecedores, a par da existência de dívidas, com anos a outros fornecedores.-----

-----Disse ainda, que a par do referido não concorda com algumas situações que têm acontecido, dando como exemplo, a anulação de seguros à Companhia Fidelidade Mundial que tinham sido contratualizados através de concurso público, desconhecendo qualquer concurso para as novas adjudicações, factos que poderão ter por base perseguições políticas.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** solicitou certidão desta intervenção do Senhor Vereador Victor Santos. Solicitou ainda, uma certidão da página 5 e 6 da acta do dia 20/01/2010. -----

-----**II - PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR JÚLIO SANTOS**-----

-----**ASSUNTO:** CUMPRIMENTO, VIA ACORDO EXTRAJUDICIAL OU COM RECURSOS AOS TRIBUNAIS DOS CONTRATOS DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA CELEBRADOS ENTRE OS PARTICULARES E A CÂMARA MUNICIPAL AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE RECUPERAÇÃO DA ALDEIA HISTÓRICA DE LINHARES (RECUPERAÇÃO DE DISSONÂNCIAS ARQUITECTÓNICAS, TELHADOS, FACHADAS, PORTAS E JANELAS) NOS TERMOS DOS QUAIS OS PARTICULARES ASSUMIRAM O COMPROMISSO DE PAGAR 25% DO TOTAL DA DESPESA -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Júlio Santos para fazer a apresentação do assunto, uma vez que o mesmo foi agendado a seu pedido.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** começou por esclarecer que aquando das intervenções, foi elaborado um Regulamento para a Recuperação de Fachadas e Coberturas, na Aldeia Histórica de Linhares da Beira, que foi objecto de uma candidatura, com uma comparticipação de 75% e onde ficou acordado que os restantes 25% seriam da responsabilidade dos beneficiários.-----

-----Pretendeu saber se a Câmara irá chegar a acordo para o pagamento dos 25% ou se será via judicial, acrescentando que o que está em causa é sanar este assunto de uma vez por todas.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse ter tido conhecimento desta situação através do Senhor Vereador Júlio Santos.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** considera que não ter elementos suficientes para se pronunciar relativamente a este assunto, propondo que seja elaborado um levantamento exaustivo de toda esta situação. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que este assunto se reporta ao ano de 97 e que percorreu nove fases. É de opinião que se faça um levantamento exaustivo e posteriormente seja agendada uma reunião em Linhares da Beira para esclarecer esta situação e uniformizar critérios de pagamento. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** propôs que esta proposta seja retirada da Ordem do Dia, para ser agendada posteriormente, depois de efectuado o referido levantamento. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** questionou o Senhor Vereador Júlio Santos se aquando de uma próxima reunião, existir uma proposta no sentido de isentar do pagamento todos os intervenientes deste processo, qual será a sua posição, devendo ficar aqui clarificada perante o povo de Linhares da Beira, sob pena de o Senhor Vereador depois da proposta ser novamente submetida a apreciação do executivo, a votar desfavoravelmente e consequentemente recorrer aos Tribunais. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que aquando da primeira intervenção do Senhor Vereador Júlio Santos, no dia 18/11/2009, relativamente a este assunto, considera ser uma perseguição política ao povo de Linhares da Beira e ao actual Presidente da Junta de Freguesia. Referiu apreciar a forma hábil como o Senhor Vereador expôs este assunto, dizendo que se a Câmara tem dificuldades financeiras há que cobrar os 25% ao povo de Linhares. -----

-----Disse que o Senhor Vereador na altura criou e encerrou este projecto, sendo que, doze anos depois vem solicitar o pagamento dessa quantia e dizer que este assunto terá de ser encerrado. Considera que o Senhor Vereador está a querer extorquir dinheiro a estas pessoas, usando para isso, este Executivo. -----



-----III - **GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DO MINHOCAL À ASSOCIAÇÃO SOCIAL RECREATIVA E CULTURAL DO MINHOCAL - CONTRATO DE COMODATO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, referindo que no âmbito da reforma da Reorganização da Rede Escolar, levada a efeito pelo Ministério da Educação, ficaram devolutos, alguns Edifícios onde funcionaram Escolas Primárias.-----

-----Considerando que, a Associação Social Desportiva, Recreativa e Cultural do Minhocal solicitou oportunamente a cedência do edifício escolar da freguesia, sito na mesma aldeia; -----

-----Considerando que, tais instalações se destinam a fins de utilidade pública; -----

-----Considerando que, no intuito de se salvaguardar os interesses das partes, envolvidas, tem-se adoptado a celebração de “Contratos de Comodato”, contendo as cláusulas disciplinadoras dos direitos e obrigações das partes signatárias; -----

-----Considerando que no âmbito das atribuições e competências previstas respectivamente na Lei 159/99 e 169/99, e ulteriores alterações, não se vislumbra qualquer inconveniente na satisfação do pedido formulado pela Associação.-----

-----Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sugere-se ao Executivo Camarário a seguinte proposta:-----

-----1 - Aprovação da minuta do “Contrato de Comodato” a celebrar entre o Município e a Associação Social Desportiva, Recreativa e Cultural do Minhocal; -----

-----2 – Para o efeito que seja legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira para, em nome da Autarquia, proceder a outorga do referido documento.-----

-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, aprovar a minuta de contrato de comodato a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e a Associação Social Desportiva, Recreativa e Cultural do Minhocal, referente à cedência das instalações da antiga escola primária do Minhocal.** -----

-----**Mais deliberou legitimar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, em nome da Autarquia, para proceder à outorga do referido documento.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos:** -----

-----“Voto contra a proposta, porquanto considero que as Escolas Primárias do Concelho deveriam ser aproveitadas pela Câmara Municipal em parceria com a EMCEL para a revitalização do Turismo no Concelho, dando-se parceria à Junta de Freguesia local ou a uma Associação de Desenvolvimento Local que a pretendesse.” -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse ter votado a favor, uma vez que, sempre que as Instituições Públicas tenham um projecto de desenvolvimento para o concelho, deverá ser elaborado um contrato de comodato, sendo que, no futuro estes contratos de comodato poderiam passar para doações, de forma a premiar as Instituições, por um trabalho meritório. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que esta Associação não tem instalações capazes de dar resposta às necessidades pretendidas, encontra-se sediada no edifício da Junta de Freguesia, mas sem as mínimas condições, sendo que, a Câmara implementou medidas de Higiene e Segurança para evitar a ocorrência de danos neste edifício.-----

-----Disse que algumas das Escolas foram recuperadas para outras finalidades, dando como exemplo o Museu Escola de Salgueirais. Fazendo

referência ao Contrato de Comodato de Vila Boa do Mondego disse que o mesmo teve como finalidade a parte cultural, desportiva e um espaço internet. -----

-----De seguida, disse que está em estudo um projecto para turismo em espaço rural, referindo que poderia ficar localizado na Aldeia Histórica de Linhares da Beira, que é uma Aldeia de montanha, e onde existe já um Lar de 3.ª Idade. Disse ainda, que é também intenção deste executivo fazer uma candidatura de acolhimento a crianças órfãs, em parceria com Juntas de Freguesia, Associações e IPSS's. -----

-----**IV - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**-----

-----**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DE VIATURAS PARA O ANO DE 2010**-----

-----**Requerente: Correios de Portugal, SA**-----

-----**Local: Rua Sacadura Cabral, n.º 21 - São Pedro**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 17/2010, datada de 14/01/2010, informando que analisado o pedido trata-se da renovação do licenciamento de dois lugares de estacionamento privados afectos à empresa e localizados junto à Estação de Correios em Celorico da Beira. ---

-----A área de estacionamento total que se encontra delimitada é de 28,00m<sup>2</sup>, que será para as viaturas com as matrículas 21-CI-75 e 38-IH-61.

-----Verifica-se através do D.L. N.º 87/92 de 14/05, que os CTT são uma empresa de capitais exclusivamente públicos.-----

-----Assim, atendendo ao N.º 1, do artigo 2º, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira: “estão isentos do pagamento de taxas o Estado, seus institutos e organismos autónomos personalizados”, pelo que, o mesmo está isento das respectivas taxas. -----

-----Após análise da Informação Técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento de taxas, os dois estacionamento afectos aos CTT. -----

-----V - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP)-----

-----ASSUNTO: APOIO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO EM TIMOR LESTE -----

-----Foi presente ofício com a referência 15/2010 - CC, datado de 22/01/2010, proveniente da ANMP, referindo que a cooperação externa e internacional constitui, desde há muito, apanágio da ANMP e dos Municípios Portugueses. -----

-----Neste contexto, os Municípios, sensíveis aos laços de História, Língua, Cultura e Solidariedade que unem os dois países, aderiram ao processo de institucionalização do Poder Local Democrático em Timor-Leste, tendo deliberado, no XVIII Congresso da ANMP, apoiar a instalação e operacionalização dos órgãos do Poder Local Democrático, apostando na formação de funcionários e dirigentes locais daquele País, e ainda a consecução de projectos – piloto de construção/reabilitação de infra-estruturas.-----

-----Em face ao exposto, solicitam a comparticipação do Município no valor de 1.000€ -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir uma comparticipação no valor de 1000€ à ANMP, para apoio à Institucionalização do Poder Local Democrático em Timor-Leste. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----VI - AMPV - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO-----

-----ASSUNTO: APRESENTAÇÃO E ADESÃO -----

-----Sobre o assunto em título, foi presente ofício com a referência n.º 011/10, datado de 20/01/2010, no qual convidam o Município de Celorico da Beira para aderir à Associação de Municípios Portugueses do Vinho – AMVP. -----

-----Sobre o assunto, o Senhor **Presidente da Câmara** informou que agradecia o amável convite, mas, atendendo ao facto de o Município de Celorico da Beira não ter tradição vinícola, nem estar inserido em nenhuma zona demarcada, preteriam o convite formulado. -----

-----**A Câmara concordou com o exposto pelo Senhor Presidente e endereçou votos de sucesso para a referida Associação.**-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que é de louvar a criação deste tipo de Associações, propondo que este assunto fosse encaminhado para o Gabinete de Turismo, no sentido de envidar esforços para realização de um Protocolo de Colaboração entre a EMCEL e a Associação de Municípios Portugueses do Vinho. -----

-----**VII - POS - CONHECIMENTO**-----

-----**ASSUNTO: AGRADECIMENTO**-----

-----Foi presente ofício com a referência n.º 026/10/JQ/BS, datado de 16/01/2010, proveniente do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, referindo que o QCA III encontra-se em avançada fase de encerramento. O POSC – Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, integrado no referido Quadro Comunitário de Apoio, constituiu ao longo destes quase dez anos de existência um poderoso instrumento financeiro ao serviço da implementação duma verdadeira Sociedade da Informação e do Conhecimento no território português. -----

-----Em tempo de encerramento do QCA III e do POSC, agradecem o empenho que o Município de Celorico da Beira colocou na boa execução

dos Projectos que este Programa Operacional financiou e formulam sinceros votos para que continue a aposta de investimento na Sociedade do Conhecimento como uma das grandes bandeiras para o desenvolvimento e o futuro.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**VIII - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: PARLAMENTO DOS JOVENS**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 27/01/2010, informando que foi enviado um ofício a 10 de Janeiro e um fax a 25 de Janeiro, para o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira a comunicar e divulgar o programa “Parlamento dos Jovens”. Esta é uma iniciativa que pretende incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica e política. -----

-----Mais informam que tendo contactado o Agrupamento via telefónica, obtiveram a informação que neste ano lectivo o Agrupamento de Escolas não irá participar nesta iniciativa. -----

-----Assim, considerando que os jovens do concelho poderão ter interesse em participar em iniciativas deste carácter e as inscrições para as escolas terminaram no dia 25 de Janeiro, entendem que o Município poderá procurar efectuar as diligências necessárias junto do Parlamento de Jovens, por forma, a verificar se existe a possibilidade do Município realizar esta inscrição.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que como o Agrupamento de Escolas não irá participar nesta iniciativa, o Município poderia realizar esta inscrição, que tem como objectivo promover a Educação para a cidadania e o interesse dos Jovens pelo debate de temas de actualidade. Considera importante incentivar o interesse dos Jovens pela participação cívica e política. -----

-----  
-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, efectuar as diligências necessárias junto do Parlamento de Jovens, por forma, a verificar se existe a possibilidade do Município realizar esta inscrição.**-----  
-----

-----**ASSUNTO: ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS MAIS NECESSITADOS DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA**-----  
-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 28/01/2010, referindo que a Associação de Apoio aos Mais Necessitados do Concelho de Celorico da Beira, Instituição Particular de Solidariedade Social, com fins de Apoio Social a pessoas carenciadas do concelho de Celorico da Beira, solicitou à Autarquia um subsídio no valor de 3.000,00€ -

-----Este subsídio destina-se à aquisição de bens alimentares para a distribuição mensal a cerca de 50 pessoas, embora esta Associação receba alimentos através do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC), esta ajuda só é distribuída 2 vezes por ano.-----

-----Perante o exposto e de acordo com o artigo 64.º, n.º 4, alínea b), da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, o Gabinete de Acção Social é de parecer que seja atribuída ajuda financeira no valor de 1.500,00€.-----  
-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** entregou um projecto de Regulamento de Apoio ao Associativismo, aos Senhores Vereadores para análise e apresentação de propostas, para ser aprovado na próxima reunião pública.-----  
-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 1.500,00€ à Associação de Apoio aos Mais Necessitados do Concelho de Celorico da Beira.**-----  
-----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**:-----

-----“Voto a favor porque de facto foi apresentado pelo Executivo uma proposta de Regulamento para ser devidamente estudada e analisada pela oposição. Será também um voto de confiança, para que no futuro haja critérios na atribuição de subsídios.”-----

-----**IX - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: ALTERAÇÃO INTERIOR E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA PARA O CENTRO DE DIA DO MINHOCAL**-----

-----**Requerente: Associação Social, Desportiva, Recreativa e Cultural do Minhocal**-----

-----Foi presente requerimento n.º 62, datado de 21/01/2010, em nome da Associação Social, Desportiva, Recreativa e Cultural do Minhocal, pretendendo a isenção do pagamento de taxas para o projecto de alteração interior e ampliação do edifício da antiga escola primária para Centro de Dia do Minhocal.-----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente D.L. 555/99 de 16/12, alterado pela L. 60/2007 de 04/09, o PDM, Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa-se que o mesmo se encontra enquadrado com o descrito na alínea a), do ponto 4, do art.º 14.º do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo descreve que: -----

-----“*As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a persecução dos respectivos fins estatutários*”.-----



-----Face ao exposto a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Júlio Santos, isentar do pagamento de taxas, o projecto de alteração interior e ampliação do edifício da antiga escola primária para Centro de Dia do Minhocal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa n.º 1, de dois mil e dez, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante (**anexo I**). -----

-----**X - PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR VICTOR SANTOS**-----

-----**ASSUNTO: ESTUDO DA PERMUTA DE INSTALAÇÕES COM A REPARTIÇÃO DE FINANÇAS DE CELORICO DA BEIRA - PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR VICTOR SANTOS**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Victor Santos para fazer a apresentação do assunto, uma vez que o mesmo foi agendado a seu pedido.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que lhe foi solicitado pelo Senhor Director de Finanças da Guarda a exposição deste assunto em reunião de Câmara. O Senhor Director de Finanças da Guarda pretende uma permuta de instalações entre o Serviço de Finanças de Celorico da Beira e a Câmara Municipal, para o espaço onde funcionava a GNR, permitindo assim uma maior funcionalidade deste organismo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que o espaço onde funcionava a GNR neste momento encontra-se em obras, sendo que, havia já um pedido do Serviço de Finanças de Celorico da Beira no qual era solicitado o edifício da frente e não o espaço onde funcionava a GNR. No

entanto, irá analisar esta proposta e contactar o Senhor Director do Serviço de Finanças da Guarda.-----

-----**XI - PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR JÚLIO SANTOS**-----

-----**ASSUNTO:** REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DO DIA 22/11/2006, QUE APROVOU A LOCALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PERTENCENTES AO SR. JOSÉ MANUEL NEVES MARTINS - PROC. DE OBRAS N.º 46/2006 DA SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Júlio Santos para fazer a apresentação do assunto, uma vez que o mesmo foi agendado a seu pedido.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** retirou a referida proposta da Ordem de Trabalhos, para que a mesma seja presente a uma próxima reunião. -----

-----**ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TARIFA DE ALUGUER DE CONTADOR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 22/01/2010, informando que a Senhora Maria dos Anjos Nunes, residente na freguesia da Velosa, requereu isenção do pagamento de fornecimento de água e tarifa de aluguer de contador. -----

-----O Gabinete de Acção Social, após análise da documentação entregue, verificou que o processo não se enquadra no Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, no Capítulo VII, Bonificações – Artigo 46.º Isenções.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento do indeferimento.**-----

-----**EMPRÉSTIMO PARA HABITAÇÃO SOCIAL**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, datada de 01/02/2010, que se anexa a esta acta (**anexo II**), referindo que dada a existência de um acordo entre o Município de Celorico da Beira e o Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (antigo Instituto Nacional da Habitação) de 22/11/1988 para a construção de Habitação a Custos Controlados, e tendo em conta o novo acordo celebrado com a mesma entidade no âmbito do programa “PROHABITA” a 01/06/2009, existe a necessidade do Município de Celorico da Beira contrair um empréstimo para aquisição de 15 fogos para habitação social, até ao valor de 1 050 072€ (um milhão, cinquenta mil e setenta e dois euros).-----

-----Este acordo visa o realojamento de famílias que residem em casas abarracadas, e enquadra-se no art. 36.º da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2010, que excepciona este tipo de empréstimos dos limites de endividamento, mediante despacho do Ministro das Finanças. Assim, é necessário que o executivo autorize, para se dar início ao processo de contracção do empréstimo, a consulta às seguintes entidades:-----

-----Banco BPI, SA;-----

-----Banco Comercial Português, SA; -----

-----Banco Espírito Santo SA;-----

-----Caixa Geral de Depósitos, SA;-----

-----Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que este empréstimo está associado à Habitação Social, ou seja, existe um acordo entre o Município de Celorico da Beira e o Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana que se reporta ao ano de 1988, para a construção de Habitações a Custos Controlados. Tendo em conta o novo acordo celebrado com a mesma entidade no âmbito do programa “PROHABITA” em 2009, o Município tem a possibilidade de contrair um empréstimo para aquisição de 15 fogos para habitação social, com a finalidade de realojar famílias que viviam em casas pré-fabricadas.-----

-----Disse que era responsabilidade da autarquia adquirir aquelas habitações, sendo que, não foi tido em conta a tipologia dos apartamentos, em função da constituição dos agregados familiares. Deu conhecimento de que a Câmara suporta um encargo mensal de três mil euros, com o realojamento destas famílias.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que se irá abster, uma vez que não tinha tido tempo de analisar a referida proposta. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que irá votar contra, devido ao endividamento actual da Câmara Municipal, que é já demasiado asfixiante. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos e três votos a favor, consultar as seguintes Instituições de Crédito: Banco BPI, SA; Banco Comercial Português, SA; Banco Espírito Santo SA; Caixa Geral de Depósitos, SA e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

#### -----**PEDIDO DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente requerimento dos alunos do Curso de Cozinha da Escola E.B 2,3/S Sacadura Cabral, referindo que pretendem levar a cabo o evento “Feira do Queijo”, onde serão vendidos produtos regionais, com particular destaque para o queijo da serra, solicitando para o efeito um subsídio no montante de 500€ para as despesas da confecção dos produtos a vender nesta iniciativa. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que estando estes alunos integrados num Curso de Educação e Formação de Jovens (CEF), certamente têm outros meios de financiamento, que não só a Câmara.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com três votos contra e duas abstenções, indeferir o pedido de subsídio apresentado pelos alunos da Escola E.B 2,3/S Sacadura Cabral.**-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----O Município Paulo Mimoso começou por dizer que estava nesta reunião na qualidade de Presidente de Junta e em representação dos municípios de Linhares da Beira, para solicitar que sejam esclarecidos sobre o programa de recuperação de fachadas e coberturas ao qual se candidataram, na altura, muitos dos presentes. -----

-----Disse que estranha o facto de só agora, passados 12 anos este assunto seja trazido a público, uma vez que, segundo o Presidente da Câmara, da altura, Dr. Júlio Santos, as pessoas que beneficiaram desse programa nada teriam a pagar, tendo-o afirmado em plenários realizados na sede da Junta de Freguesia, onde incitou as pessoas a aderirem ao programa, tendo inclusive, alguns municípios sido obrigados a aceitar o mesmo. -----

-----De seguida leu um *email* enviado por uma proprietária de um imóvel que usufruiu desta recuperação, onde sintetiza todo o processo, concluindo que nunca tinha sido abordada para efectuar qualquer pagamento à autarquia, referente a esta situação, ao longo destes anos. -----

-----Referiu que de facto este programa foi muito importante para a recuperação e requalificação da aldeia histórica de Linhares da Beira, mas gostava que o Senhor Vereador Júlio Santos esclarecesse o que pretende com esta situação.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** começou por cumprimentar todos os munícipes presentes e referir que era com agrado que via que Celorico e que as pessoas se preocupavam em ser esclarecidas.-----

-----Começou por perguntar quem era a autora do texto que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia tinha acabado de ler, para dizer que o mesmo não tinha qualquer fundamento. De seguida e dirigindo-se aos munícipes presentes disse que desconhecia se todos tinham assinado o protocolo ou não. Negou que alguma vez tenha dito às pessoas que não iriam pagar nada, mesmo porque o programa era claro e, relativamente às habitações que tinham dissonâncias arquitectónicas a autarquia assumiria os encargos, agora todos os outros que beneficiaram do mesmo sem estarem enquadrados nessas dissonâncias teriam que participar em 25% os seus custos. Frisou que as pessoas assinaram um contrato onde estavam especificadas estas situações. Disse que cabe agora ao Executivo decidir se executa esses contratos ou não.-----

-----No uso da palavra um munícipe presente na reunião e proprietário de uma habitação intervencionada mostrou-se indignado com a situação referindo mesmo, que foi obrigado a permitir as obras na sua casa, que na sua opinião não a beneficiou em nada, dizendo que deveria era ser indemnizado porque a casa estava bem, tal como estava, na altura. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que este assunto está incluído na Ordem de Trabalhos desta reunião, a pedido do Senhor Vereador Júlio Santos que pretende que seja dado cumprimento aos contratos de comparticipação financeira celebrados entre os munícipes de Linhares da Beira e a Câmara Municipal. -----

-----Disse que da consulta dos documentos sobre este assunto, resulta que existia um programa de intervenção das Aldeias Históricas de Portugal/Beira Interior, onde constavam os investimentos a serem candidatados e as condições de acesso, este programa estava dividido em

9 fases de candidatura, 7 das quais foram durante o QCA II que foram financiadas a 75% pelo FEDER, 20% pelo Fundo de Turismo e 5% pela autarquia. As últimas duas fases foram durante o QCA III, com financiamento a 70% do FEDER e 30% da autarquia.-----

-----Na altura, a Câmara Municipal fez uma candidatura à recuperação das fachadas das habitações de Linhares da Beira e da consulta a um anexo do regulamento deste programa resulta que as obras serão comparticipadas na componente nacional pela Câmara Municipal. -----

-----Nesta sequência é da opinião que a Câmara, na altura assumiu esta situação, caso contrário estariam a cometer um erro, com a assumpção de uma desigualdade de critérios de pessoa para pessoa.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** relativamente ao referido pelo Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o Programa FEDER comparticipou em 75% as candidaturas de Recuperação das Fachadas, sendo os restantes 25% da responsabilidade da autarquia. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** cumprimentou os presentes e disse que era com agrado que via os munícipes a participar activamente e a exporem os seus problemas, em público. De seguida e aproveitando a presença do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira pretendeu ser esclarecido se, de facto, os projectos aprovados e constantes da deliberação da acta do dia 3 de Junho de 1994, referente ao programa de recuperação da Aldeia Histórica de Linhares, designadamente: Construir um posto de turismo; Adquirir um edifício destinado a posto de venda de artesanato; Instalar uma Casa Museu do Agricultor; Comprar uma casa destinada à Escola de Parapente, Comprar e recuperar a Casa do Emigrante; Recuperar o Forno Comunitário; Construir uns sanitários públicos; Completar a rede de esgotos; Recuperar a estrada municipal de acesso; Comprar um terreno

destinado a uma Escola de Artes e Ofícios Tradicionais, bem como edifício para a sede da mesma, existem de facto naquela aldeia. -----

-----O Senhor Paulo Mimoso respondeu que dos projectos enunciados existe a Casa do Parapentista. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que quando se iniciou a requalificação e recuperação da Aldeia Histórica de Linhares da Beira havia a intenção de se fazerem todos esses projectos, tendo-se inclusive feito a adjudicação para colocar esses equipamentos na “casa de cima”. Mas, posteriormente foram substituídos pela obra da Pousada. -----

-----Perante a pergunta do Senhor Vereador José Luís Cabral sobre se estes projectos existem de facto e por quem foram executados, bem como onde estavam, o Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que os projectos foram executados pelo Arquitecto Osório, que tinha uma avença com a autarquia e devem estar nos arquivos da Câmara Municipal. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** requereu que seja feito um levantamento, pelos técnicos da autarquia onde seja averiguado quais os montantes pagos por estes projectos, quem os executou e onde estão, bem como sejam exigidas as consequentes responsabilidades aos responsáveis da autarquia de então. -----

-----No uso da palavra o Senhor Batista começou por dizer que era intenção dos proprietários do Hotel Mira Serra alargar o seu espaço e comprar à Câmara Municipal o terreno que se encontra contíguo ao mesmo, junto à Biblioteca Municipal. Disse que este pedido já tinha sido apresentado por duas vezes ao Executivo Camarário, mas nunca foi dada uma resposta conclusiva, condicionando sempre a tomada de decisão ao facto de a Biblioteca Municipal ainda não estar concluída. -----



-----Disse que a sua presença nesta reunião se prendia precisamente com a necessidade de uma decisão rápida porque pretendia candidatar o projecto a fundos comunitários, tendo como prazo para a sua conclusão Julho deste ano.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** relativamente a este assunto disse que todos os projectos que tenham como princípio o desenvolvimento do concelho deverão ser apoiados pela autarquia e este é igual a todos os outros. Referiu ainda que o terreno em causa não teve qualquer custo para a edilidade, uma vez que o mesmo foi adquirido por usucapião. Disse também que autarquia deve ter o projecto da Biblioteca e espaços envolventes e como tal deve saber qual o terreno que está afecto a essa estrutura e qual o sobrante, assim como também existe um projecto para a ampliação do parque escolar, pensa que não será difícil satisfazer a pretensão do requerente destacando um lote desse terreno sobrante. -----

-----Disse que na sua opinião, o pedido do requerente é legítimo e não lhe parece que traga qualquer inconveniente para a autarquia, propondo que o terreno seja vendido a um preço simbólico (1€/m<sup>2</sup>). Concluiu dizendo que a autarquia deveria destacar um lote, depois de consultar o requerente e averiguar as suas necessidades, porque, na sua opinião é um dever da autarquia apoiar este tipo de iniciativas que promovem o desenvolvimento do Concelho. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que, de facto o assunto já tinha sido apreciado por duas vezes em reuniões de Câmara do anterior Executivo, mas os elementos facultados pelo requerente não permitiram uma análise pormenorizada do assunto, nunca tendo sido referido sequer, quais os metros quadrados de terreno que necessitavam. Foi também informado o requerente que como ainda estavam a decorrer as obras da biblioteca e o facto de existir um projecto de ampliação da Escola EB 2,3 Sacadura Cabral era condicionante, para a tomada desta decisão,

sem possuírem outros dados adicionais que permitissem uma decisão ponderada e consciente.-----

-----Disse que era importante saberem qual o tipo de investimento que vai ser feito, quantos postos de trabalho vão ser criados e sobretudo fazer uma resenha do projecto para ser analisado pelo Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que todas as propostas devem ser debatidas e analisadas pelo Executivo tendo em consideração o investimento e o projecto apresentado, no entanto não podem em hipótese alguma negligenciar o património municipal. Referiu que ultimamente para o Senhor Vereador do MAJUSP tudo é um “mar de rosas”, aliena-se património da autarquia por preços simbólicos, propõem-se atribuições de subsídios mirabolantes, parecendo que o Senhor Vereador está desfasado no tempo e completamente fora da realidade. Fazer uma proposta para venda de um terreno que, só porque não custou nada à autarquia, deveria ser simbolicamente cedido por um euro, é uma completa desfaçatez, semelhante a muitas outras situações que o Senhor Vereador Júlio Santos cometeu no passado, com graves prejuízos para o Município. Continuou dizendo que, o Senhor Vereador Júlio Santos faz propostas que têm como único objectivo o favoritismo político.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou se efectivamente o indeferimento do pedido se prende com o facto de a biblioteca municipal ainda não estar concluída, bem como com, o eventual alargamento do parque escolar tendo o Senhor Presidente respondido afirmativamente e frisado que também se deve ao facto de não possuírem dados concretos sobre o investimento. -----

-----O Senhor Vereador concluiu dizendo que a decisão do Executivo deverá depender do projecto que a gerência do Hotel apresentar, devendo fazê-lo o mais rapidamente possível.-----

-----Usando de novo a palavra, o Senhor Batista, sócio do Hotel Mira Serra disse que o que estava em questão era se a Câmara está disposta ou não a vender o terreno e só depois fará o projecto, tendo em consideração o lote de terreno que será disponibilizado. Frisou também que a urgência se prende com o facto de poderem aproveitar o QREN que subsidia estes projectos até 60% a fundo perdido. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a Gerência do Hotel deveria apresentar um estudo prévio do projecto, referindo quais os metros quadrados necessários, bem como os postos de trabalho que irão criar e, depois de analisado, se o Executivo considerar que é um projecto que irá trazer benefícios para o Concelho, decidirão em conformidade, caso contrário, a autarquia não irá lesar o seu património. -----

-----De seguida usou da palavra o **Senhor José Albano Pereira Marques** e começou por dizer que era com muito agrado que estava novamente presente numa reunião do Executivo e que as suas intervenções tinham sempre como principal objectivo defender os interesses dos munícipes e do Município de Celorico da Beira.-----

-----De seguida e referindo-se à última reunião de Câmara disse que tinha tido conhecimento que o Senhor Vereador Júlio Santos havia questionado o Senhor Presidente da Câmara sobre qual a relação que política/laboral que tinha com a autarquia. -----

-----Sobre este assunto disse que embora tenha a certeza que o Senhor Presidente elucidou o Senhor Vereador convenientemente, gostaria de tecer alguns considerandos, começando por dizer quando andou na campanha eleitoral tinha garantido que mesmo que fosse eleito continuaria na sua terra a apoiar o seu concelho e assim tem sido desde então. Frisou que é com muito orgulho que um concelho tem um deputado da nação, em Lisboa mas que vem ajudar o seu concelho, gratuitamente. -----

-----De seguida lançou um repto ao Senhor Vereador Júlio Santos aconselhando-o a fazer aquilo que sempre defendeu, a rotatividade, e colocar o seu lugar à disposição, porque nada do que propõe ou diz nestas reuniões do Executivo tem coerência e transparência. -----

-----Referindo-se em concreto à situação de Linhares da Beira disse que, na sua opinião o Executivo deveria reunir-se em Linhares com os proprietários das casas e esclarecer que este assunto foi causado pelo Vereador Júlio Santos e não pelo Executivo em exercício. Disse que este assunto deveria ter ficado resolvido há 12 anos atrás. Na sua opinião é uma total inconsciência política o que o Senhor Vereador Júlio Santos está a tentar fazer, transferir para este Executivo uma responsabilidade que não lhe pertence, para servir os seus interesses e não o dos munícipes, como seria de esperar de alguém que tem responsabilidades políticas perante este Concelho. -----

-----Disse que comunga da opinião do Senhor Vice-Presidente relativamente aos projectos que constam das actas e que efectivamente não se encontram na autarquia. Disse que o Executivo também deveria averiguar como é que por exemplo o projecto de requalificação do mercado municipal aparece durante a campanha eleitoral num blogue e não se encontra nesta autarquia, assim como muitos outros que a Câmara pagou e efectivamente não os tem em sua posse. -----

-----Referiu-se de seguida ao PIDDAC para dizer que Celorico da Beira foi contemplado com 1000€, que embora considere um montante insignificante, esclareceu que o PIDDAC enquanto instrumento de transferências de verbas do poder central está ultrapassado e os autarcas têm outras formas de fazer investimento público, fazendo uso de outros instrumentos como é o PARES ou as candidaturas ao QREN. -----

-----Por último, disse que gostava que 2010 começasse de uma forma diferente, o Município está a atravessar um momento difícil e é altura de se olhar para as coisas de forma diferente, relativizar o que é dito, e passar-se a falar de projectos e do futuro. -----

-----  
-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** referindo-se ao Senhor José Albano Pereira Marques disse era com agrado que registava que efectivamente o Senhor Deputado dava mais importância ao Concelho do que ao resto do país. Questionou ainda a importância que o Senhor Deputado tinha na Assembleia da República para conseguir um PIDDAC de 1000€ para a sua terra. -----  
-----

-----O Senhor **José Albano Marques** em resposta, disse que, daqui a 4 anos poderão ajuizar o que foi feito em Celorico da Beira. Disse que de facto é um Deputado da Nação, eleito, mas tem muito orgulho em ser Deputado Municipal no seu concelho, também eleito, frisando que hoje estava de folga mas fez questão de estar aqui nesta reunião para acompanhar a vida política do seu concelho e ajudar gratuitamente o Executivo de Celorico da Beira. Disse ainda que nunca teve qualquer processo que o indiciasse no que quer que seja, mas se o Senhor Vereador quiser fazer uma crónica sobre o assunto no seu blogue, que esteja à vontade. ----  
-----

-----De seguida interveio o Senhor Manuel Cruz, Presidente da Associação dos Mais Necessitados do Concelho de Celorico da Beira para dizer que lamentava que alguns elementos do Executivo, na última reunião de Câmara tenham dito que não conheciam esta Associação, porque de facto desde Maio de 1995 que existe e que desempenha um papel fundamental na ajuda às famílias mais carenciadas do concelho, referindo que é a única Associação do Concelho reconhecida como sendo de utilidade pública. -----  
-----

-----Convidou os Senhores Vereadores a conhecerem de perto a actividade da Associação e a participarem da distribuição de géneros. -----  
-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que gostaria de esclarecer que a sua postura enquanto Vereador neste órgão não é meramente

política, mas pauta-se pela defesa dos interesses dos munícipes de Celorico da Beira. Disse que efectivamente havia dito na última reunião que não conhecia esta Associação, aliás não conhece esta e muitas outras, mas de facto o que estava em causa era a falta de informação necessária, para uma correcta análise da proposta, que balize uma tomada de posição por parte de Executivo. -----

-----Por último, o Senhor **Presidente da Câmara** voltou a relembrar que esta Associação funciona como banco alimentar no Concelho, ajudando as pessoas carenciadas e prestando um trabalho meritório nesta área.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram catorze horas e quinze minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Maria Margarida Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----